

Uma boa proposta?

ARTIGO

Jeferson Passos e Pedro Pedrossian Neto

Respectivamente, presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e secretário da Fazenda de Aracaju; e diretor técnico da Abrasf e secretário municipal de Finanças de Campo Grande

Oeconomista Bernard Appy, em artigo neste jornal, admitiu que a aprovação da PEC 110 passa pelo convencimento das capitais e do setor de serviços de que a junção do ICMS e ISS seria um bom negócio. Sem levar em conta os demais aspectos dessa PEC, vamos nos ater

aos pontos centrais dessa fusão.

O primeiro problema é o aumento da tributação sobre o setor de serviços. A alíquota atual do ISS, pela legislação nacional, não pode ser maior que 5% nem menor que 2%. A alíquota do ICMS varia de um Estado para outro, mas gira em torno de 18%, podendo chegar a 25%. Estima-se que, somando as alíquotas do novo IBS e da CBS federal, a carga tributária sobre bens e serviços seria de 30% – de longe, o maior IVA do mundo. Seria preferível um IVA com alíquota menor e avançar na tributação da renda e do patrimônio, como vigora nas economias da OCDE. Uma reforma que resulta na criação do maior IVA do mundo parece-nos, no mínimo, contraproducente. Elevar a tributação no setor

de serviços trará inconvenientes graves. Além do impacto recetivo no setor que representa 72% do PIB, haverá um estímulo à *pejotização* – ameaçando o emprego formal no setor que mais emprega no País. Outro

Juntar o ICMS e o ISS pode produzir um resultado ainda mais disfuncional do que o atual

problema é o aumento da sonegação. Mesmo com uma alíquota de 5%, a sonegação no setor de serviços é significativa. Diferentemente das mercadorias, os serviços são “intangíveis”: uma vez prestados, dificilmente o Fisco tem como averiguar.

Com uma alíquota de 30%, haverá uma generalização da prática.

Ao extinguir o ISS, a PEC 110 obriga o município a viver de repasses dos Estados – numa clara afronta ao pacto federativo. Além de alterar o principal critério de repartição entre os municípios, num rateio cujo efeito é incerto e injusto. A proposta prevê que o rateio seja feito de forma proporcional à população de cada cidade (60% do valor), 5% será dividido igualmente entre todos e os outros 35% conforme dispuserem as Assembleias Legislativas. Municípios que fomentaram o desenvolvimento econômico teriam de destinar parte da arrecadação para outros que sobrevivem dos repasses federais e estaduais.

Ou seja, a PEC 110 mexe em tudo, sem salvaguardas. Seria mais prudente fazer o IBS a partir da transformação das legislações estaduais do ICMS em prol de uma única legislação nacional, com imposto de alíquota única, no destino, unificação de base de cálculo, sem incidência em cascata, com um padrão de obrigações acessórias – num IVA “padrão ouro”.

Outra reforma poderia ser feita no ISS, unificando-os nacionalmente. Os problemas do ISS podem ser facilmente resolvidos com normas infraconstitucionais. Juntar o ICMS e o ISS, no complexo cenário brasileiro, pode produzir um resultado mais disfuncional que o atual. Não há margem para erros, apostas ou experimentalismos econômicos. ●

Contas públicas PEC dos precatórios

Senado deve mudar texto, mas avalia que PEC ainda é melhor do que ‘plano B’

Com sinais dados pelo mercado, senadores dizem que a ideia é restringir o uso da folga de R\$ 91,6 bi aprovada na Câmara

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender as emendas de relator reforçou a posição do Senado em dificultar o caminho para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios. Mas os sinais dados pelo mercado financeiro de que a PEC é melhor solução para bancar o novo programa social do governo do que o “plano B” de prorrogação do auxílio emergencial também estão sendo ouvidos pelos senadores.

Os preços dos ativos, como juros, dólar e Bolsa, reagiram positivamente à votação em segundo turno com a aposta de que a PEC é o menor dos males para as contas públicas. Representantes do mercado têm alimentado os senadores com informações de que o risco para as contas públicas pode ser maior sem a PEC.

Segundo apurou o **Estadão**, os senadores pretendem mudar o texto para restringir o uso da folga de R\$ 91,6 bilhões aberta com a PEC em ano elei-



PEC ‘fragiliza o regime fiscal’, diz o senador Alessandro Vieira

toral via redução das emendas de relator, base do chamado orçamento secreto, que foi colocado em xeque pelo resultado do julgamento do STF.

POSICIONAMENTO. O PT fechou posição contrária à PEC e os senadores de partidos do centro estão divididos – há alguns sinalizando ser contra a matéria. A articulação ganhou força com a criação da Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, liderada pelos senadores Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Líder do MDB, a maior bancada no Senado, Eduardo Braga

(AM), admite que a tramitação na Casa não será fácil, mas apoia a aprovação da PEC com mudanças para torná-la mais restritiva, com a redução do espaço para mais gastos. “Ouvimos de uma pessoa do mercado muito influente. É melhor um fim horrível do que um horror sem fim”, argumentou. Ele diz acreditar que a PEC será votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana, com votação no mesmo dia no plenário.

O senador Alessandro Vieira, que é um dos autores da ação no STF que questiona o orçamento secreto, a mobilização é para rejeitar a PEC. “Ela é desnecessária. Ela fragiliza o regime fiscal”, critica.

STF. Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), o Senado não vai aprovar a PEC do jeito que chegar à Câmara. “Ainda mais agora com o placar do STF. Vamos repor as coisas nos devidos lugares, até porque como subsídio temos a decisão dos ministros do Supremo”, afirma. Tebet diz que há saída para bancar o Auxílio Brasil e planos B e C como alternativas.

Segundo o senador Oriovisto, a criação da frente mostra que há número suficiente de senadores que vai atuar contra projetos que atentem contra o teto de gastos. “O primeiro teste vai ser essa PEC dos precatórios. Vamos nos colocar contra.” ●

Perguntas & respostas

O que muda com a PEC dos precatórios e por que ela é tão criticada

● Por que a PEC dos precatórios é tão polêmica, já que o dinheiro seria usado para o Auxílio Brasil?

Pela forma como o governo conduziu a proposta. Em resumo, o texto faz duas mudanças para abrir espaço no Orçamento de 2022, ano de eleições, de R\$ 91,6 bilhões: adia o pagamento de precatórios (dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça) e muda a correção do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Não há em nenhuma parte da PEC os detalhes do novo programa social, nem o valor do benefício, nem quais os critérios para as famílias serem contempladas. A proposta tem só o objetivo abrir o espaço no Orçamento.

● Quais são as principais críticas à PEC?

Técnicos alertam que a folga também será usada para turbinar as emendas parlamentares. Congressistas falam em um piso de R\$ 16 bilhões para as emendas de relator, que são direcionadas aos rendimentos eleitorais de aliados do governo e criticadas pela falta de transparência.

● Com a proposta haverá uma mudança no teto de gastos. O que ela pode acarretar?

Hoje, a fórmula para corrigir o teto de gastos considera a inflação medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada em 12 meses até junho do ano anterior à vigência do Orçamento. A escolha desse período se justifica porque é o dado disponível nos meses de agosto, quando o governo precisa enviar ao Congresso o projeto de Orçamento do ano seguinte. Com a mudança, o IPCA usado na correção do teto passa a ser o índice acumulado entre janeiro e dezembro. Segundo os técnicos do Congresso, a alteração é casuística, pois, de 2023 em diante, não há qualquer garantia de que o cálculo de janeiro a dezembro seja mais vantajoso.

● Qual será a mudança na quitação dos precatórios?

Pelo texto, o limite proposto é o montante pago em precatórios em 2016, ano da aprovação do teto de gastos, corrigido pela inflação. O adiamento dessas dívidas afeta principalmente grandes empresas como Petrobras, bancos públicos e privados e fundos de investimento que adquirem os direitos de cobrar esses débitos.

● Tem como criar um novo programa social sem a PEC dos precatórios?

Sim. Especialistas já deram várias sugestões. É possível contabilizar o precatório do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) fora do teto, cortar despesas da máquina pública e direcionar parte das emendas para o gasto social. Com essas medidas, seria possível conseguir espaço de R\$ 35 bilhões, o que dobraria o orçamento do Bolsa Família em 2022.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quarta-feira 10 de NOVEMBRO de 2021 • R\$ 5,00 • Ano 142 • Nº 46775
estadão.com.br

Edição de hoje
5 CADERNOS - 92 páginas

Caderno A, Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes,
A fundo, Para fechar... E&N, Destacar Economia & Negócios

C2, Cultura & Comportamento

JC, Jornal do Carro

Especial
Marcas Mais

Tempo em SP
16' Min. 22' Max.

ISSN: 1616-293-1
9 771516 293019

RUBENS KATO

Tratoração ___A10

STF veta repasses de verbas por meio do orçamento secreto

___ Para Cármen Lúcia, prática 'põe em risco sistema democrático'

O STF formou maioria para barrar o mecanismo criado no Palácio do Planalto de repasses de verbas a parlamentares aliados por meio de acordos sigilosos em troca de apoio político no Con-

gresso. A Corte manteve decisão da ministra Rosa Weber de suspender o pagamento de emendas de relator. A prática foi revelada pelo **Estadão** e ficou conhecida como orçamento secreto. Num dos votos mais contundentes, a ministra

Cármen Lúcia afirmou que a utilização de emendas como forma de obtenção de apoio "põe em risco o sistema democrático". Aliados de Jair Bolsonaro afirmam ter havido interferência indevida no Legislativo. A oposição pede CPI.

Análise

Eliane Cantanhêde ___A10

Tribunal se une em um sonoro não à RP9



Paladar ___C1 e C5

Missô, da soja ao caroço de jaca

Ubatuba ___A22

Em ataque raro, turista francês é mordido por tubarão

JC Jornal do Carro ___D1

VW confirma Polo Track, que vai substituir o Gol, para 2023



Veredores aprovam lei que acelera poda de árvores

Ideia é permitir que técnicos contratados por moradores façam laudos; Carolina Valente tenta há anos, sem sucesso, que Prefeitura de SP pode árvore na Lapa. ___A20

E&N Precatórios ___B1 e B2

Câmara confirma mudança no teto; Senado deve alterar texto

Votação ontem na Câmara permitiu ao governo manter a essência da PEC dos precatórios, com a mudança no cálculo do teto de gastos e o adiamento de parte das dívidas judiciais com quitação em 2022. O Senado deve mudar o texto, mas avalia que ele ainda é melhor que a prorrogação do auxílio emergencial.

Rachadinhas ___A11

STJ acata pedido de Flávio Bolsonaro e anula investigação

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que as provas colhidas pelo juiz de 1ª instância são inválidas.

Desmatamento ___A18

Atual gestão federal aplica menor número de multas em 20 anos

O **Estadão** cruzou dados oficiais do Inpe (Prodes) com os de autuações ambientais aplicadas pelo Ibama.

Notas e Informações ___A3

Os padrões de Bolsonaro e Lira
Dinheiro público é para servir à população, não comprar apoio político.

Fábio Alves ___B4

Brasil desperdiça trégua dada pelo Fed

CONDICÕES IMPERDÍVEIS PARA VOCÊ SAIR COM SEU TIGGO 0 KM

ESQUENTA

BLACK FRIDAY

CADA CHERRY D21

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 e 7

IBAMA GROUP

CADA CHERRY

Congresso Prioridade após precatórios

Lira promete avançar com PL da desoneração da folha

Projeto de lei que prorroga medida até 2026 emperrou em votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), comprometeu-se a ajudar na tramitação da prorrogação da desoneração da folha de pagamento após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios ser aprovada.

A desoneração atende desde 2011 os 17 setores que mais empregam e tem validade até o dia 31 de dezembro deste ano. Um projeto de lei de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB) prorroga a medida até 2026. O texto foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação no dia 15 de setembro,

mas travou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O relator, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG), disse que esperava a aprovação da PEC dos precatórios para apresentar o parecer. “Essa é a ideia ajustada com a presidência da Câmara. Se votarmos a PEC nesta semana já apresento o relatório na sequência”, disse ao **Estadão**. A presidente da CCJ, deputada Bia Kicis (PSL-DF), vai na mesma direção. “Essa é a nossa expectativa”, afirmou. Como tramita em caráter terminativo, se aprovada pela comissão, a iniciativa vai direto para o Senado.

REPERCUSSÃO. Empresários que adotam o modelo ressaltam a importância da iniciativa para a geração e a manutenção de empregos. Com a aprovação da PEC que adiará o pagamento das dívidas reconhecidas pela Justiça, o governo afirma que teria espaço fiscal.

Ontem, o Instituto Unidos

“A desoneração da folha de pagamentos contribui para a geração de empregos”
Marcos Bertaiolli (PSD-SP)
Presidente da Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo

Brasil (IUB), que reúne empresários do setor produtivo, promoveu um seminário no qual a desoneração era um dos temas. Lira foi convidado para o evento, mas não participou.

Empresários ressaltaram a importância de a desoneração ser prorrogada e alertaram sobre o prazo pequeno para a implementação, já que a validade atual expira no fim deste ano.

“O ano que vem são dois meses, você faz planejamento para alguns anos, já foi debatido isso. Quando você tem alguns setores, 17, que têm a desoneração, na prática, o maior custo são as pessoas, é um imposto. Fica muito difícil você ter visibilidade de futuro”, afirmou Marco Stefanini, do grupo Stefanini, do setor de tecnologia.

EMPREGOS. O deputado Marcos Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo, participou do seminário, e falou dos efeitos negativos caso a desoneração não seja prorrogada. “A desoneração da folha de pagamentos contribui para a geração de empregos”, disse. “Como ela já existe no Brasil há muitos anos, você perder essa desoneração e voltar a onerar a folha pode simbolizar um ato contrário, desemprego.”

A desoneração beneficia as empresas porque reduz os encargos trabalhistas. A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto. ●

Em dia de votação na Câmara, Bolsa fecha em alta de 0,72%

No dia em que as atenções dos investidores ficaram voltadas para a votação, em segundo turno, da PEC dos precatórios, a Bolsa fechou ontem em alta de 0,72%, a 105,5 mil pontos. Com o resultado, passou a acumular ganho de 1,97% no mês. Já o dólar terminou o dia cotado a R\$ 5,4948, em baixa de 0,83%, com retração de 2,68% no mês.

“No Brasil, o cenário melhor é o menos pior, por conta de todo esse clima ruim dentro do Congresso, diante da expectativa para os desdobramentos sobre o Orçamento de 2022. Com eleição, a situação fica ainda mais complicada. Sobre a PEC, embora esteja longe do ideal, traz alguma previsibilidade em relação aos gastos, com a colocação de algumas regras. Sem isso, a alternativa seria medida provisória, com prorrogação da incerteza e da volatilidade no mercado financeiro”, disse o economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack. ●

O FUTURO DO CLIMA EM PAUTA EM GLASGOW.

O BRADESCO ACREDITA QUE A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL DEPENDE DO QUE FAZEMOS NO PRESENTE.

- Carbono neutro.
- Compromisso net-zero.
- R\$ 250 bilhões para negócios sustentáveis até 2025.

Conheça mais:

cebds **esg** **bradesco**

O Bradesco participará da COP26 na delegação do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

bradesco
transforme o futuro

Phone Fácil Bradesco: 0022 0022/0800 570 0022 - SAC - AB Bradesco: 0800 704 8383
SAC - Deficiência Auditiva ou de Visão: 0800 722 0089 - Ouvidoria: 0800 727 8933



Contas públicas PEC dos precatórios

Câmara confirma mudança no teto

— Casa mantém espinha dorsal de proposta que modifica âncora fiscal do governo e adia pagamento de dívidas judiciais; alterações abrem espaço superior a R\$ 91 bi no Orçamento

.....
IDIANA TOMAZELLI
LORENA RODRIGUES
BRASÍLIA
.....

Após um placar apertado no primeiro turno, o governo obteve uma vitória mais folgada no plenário da Câmara com a aprovação, em segundo turno, ontem à noite, da PEC dos precatórios. A proposta revê o teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), posterga o pagamento de dívidas definidas pela Justiça e, assim, abre caminho ao pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400 até dezembro de 2022. Os governistas precisavam de 308 votos e conseguiram 323 (a 172). Na semana passada, com 57 deputados ausentes, 312 votos garantiram o primeiro turno.

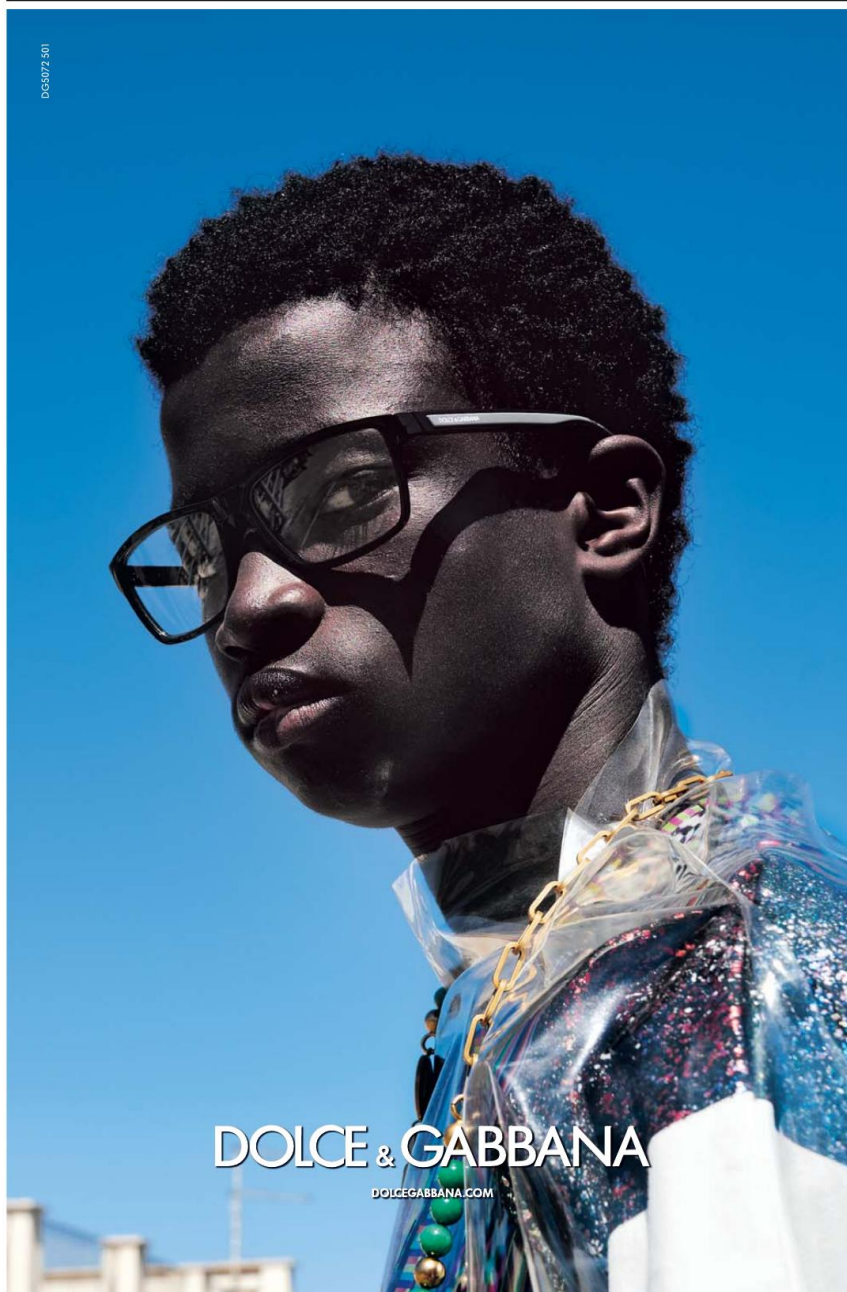
A PEC segue para o Senado, onde também deverá ser apreciada em dois turnos. Ontem mais cedo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a Casa terá “senso de urgência” para votar a PEC, mas não garantiu envio direto do texto ao plenário. O trâmite habitual de uma alteração constitucional é passar antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Além disso, os senadores estão mais resistentes à proposta.

QUÓRUM. O placar mais favorável para concluir a votação em primeiro turno e já seguir para o segundo turno na Câmara foi possível graças ao quórum maior do que na semana passada. No auge, 501 deputados marcaram presença, após Lira flexibilizar as regras e permitir votação remota. Contribuiu a negociação pela liberação de emendas às vésperas da votação.

A PEC libera R\$ 91,6 bilhões de espaço no Orçamento de 2022 e é considerada essencial pelo governo para o Auxílio Brasil. Parlamentares contrários reclamam que a folga fiscal pode incrementar emendas de relator, empregadas na distribuição de recursos a aliados.

● COLABOROU FRANCISCO ARTUR,
ESPECIAL PARA O BROADCAST

APESAR DE CRÍTICAS, SENADO
PREFERE PEC A 'PLANO B'. PÁG. B2



063072 301

DOLCE & GABBANA

DOLCEGABBANA.COM